

## **PARA UMA NOVA DESCRIÇÃO DA SINTAXE DO ‘PORTUGUÊS PADRÃO’**

*Maria Eugenia Lammoglia Duarte*

### RESUMO

Este artigo retoma a proposta de Perini (1985), segundo a qual era urgente uma nova descrição da gramática do português padrão ou escrito, feita à luz de estudos linguísticos e de dados reais da gramática, que aparecem na literatura técnica e jornalística. Com base em alguns resultados sobre a escrita contemporânea, mostraremos que essa descrição deve levar em conta seu caráter variável, que mistura traços da gramática do PE e do PB.

**PALAVRAS-CHAVE:** escrita padrão; gramática da fala; gramática da escrita.

### Introdução

**M**eu objetivo neste artigo é apresentar evidências de que é urgente uma nova descrição da gramática da escrita brasileira, sob pena de afastarmos o aluno cada vez mais das aulas de língua portuguesa. Início o artigo recordando o texto de Perini (1985), em que o autor defendia a necessidade de uma nova gramática do português, com a justificativa de que nem a descrição nem as fontes de dados que serviram às gramáticas de então eram úteis ao ensino de língua portuguesa. A seguir, retomo alguns autores que apontam a consequência que tal descrição gramatical anacrônica trouxe para o ensino, ampliando natural distância entre a fala e a escrita e mostrando que esse modelo não mais se sustenta. A discussão seguinte traz algumas considerações sobre a sintaxe do português brasileiro, desvendada pela pesquisa sociolinguística, com o objetivo de mostrar que a fala ‘cultas’ e a chamada fala

'popular' apresentam muito mais semelhanças do que diferenças, compartilhando distribuição muito semelhante em relação à maioria dos fenômenos sintáticos estudados. Em outras palavras, o falante letrado não leva para sua fala espontânea a segunda gramática que a escola lhe ensina. Na sequência, apresento alguns resultados de pesquisas sobre como a escola recupera formas que não estão na primeira gramática, algumas centradas em material produzido nas escolas e outras na descrição da escrita acadêmica e jornalística, a que nos referimos neste texto como 'escrita padrão'. Esses resultados nos revelam uma gramática da escrita que exibe traços do português europeu, que constitui a base da gramática tradicional, e implementa formas do português brasileiro, o que nos conduz, ao contrário do que supõe Perini, a um quadro de variação, que exige uma descrição plural, sob pena de dificultar ou inviabilizar a tarefa do professor e de afastar o aluno das aulas de português.

### **Ponto de partida – por que uma nova gramática da sintaxe da escrita padrão?**

Utilizo como ponto de partida neste artigo o significado para a palavra que dá nome a esta seção dos *Cadernos de Letras da UFF* – “dossiê”, que, segundo o dicionário Aurélio, seria uma “coleção de documentos referentes a certo processo, a determinado assunto, ou a certo indivíduo, etc.”; segundo o dicionário eletrônico Houaiss, uma “série de documentos importantes que tratam, revelam a vida de um ou mais indivíduos, de um país, de uma instituição etc.”; ou ainda “a pasta, arquivo ou fichário que contém estes documentos”. A enciclopédia livre Wikipédia acrescenta às acepções acima a informação de que, “Antes de iniciar um dossiê, o analista escolhe um caminho claro que deve seguir (...). No final do documento e com base na informação coletada, o analista tira conclusões, que indicam se o objeto de análise de determinado tema foi ou não alcançado”. Espero, com base nas evidências aqui apresentadas, conseguir convencer algum leitor a se engajar na proposta de participar da elaboração de uma nova gramática da escrita padrão contemporânea.

Numa importantíssima publicação de 1985, intitulada *Para uma nova gramática do português*, Mário Perini chamava a atenção para dois pontos: de um lado, seria necessário rever a doutrina gramatical a partir de uma sólida

base teórica que ajudasse a pôr um fim a conceitos inconsistentes ou contraditórios, propostos à luz de uma tradição secular, muito anterior ao desenvolvimento da teoria linguística, em todas as suas correntes; de outro lado, o autor salientava o cuidado na seleção dos dados a serem descritos. Em resumo: a crítica era feita aos conceitos apresentados e ao modelo de norma inspirado particularmente na gramática revelada pelos escritos literários portugueses da segunda metade do século XIX.

Perini pergunta: se a intenção é descrever o português padrão<sup>1</sup> do Brasil, onde encontrar “textos vazados nessa variedade da língua?” (PERINI, 1985:85). Sem negar a importância de toda uma extensa gama de gêneros escritos, o autor destaca a importância de que “o homem moderno seja capaz de adquirir conhecimentos técnicos” que lhe chegam “a partir de textos escritos que lhe chegam principalmente através de jornais, revistas, comunicados, manifestos” (p. 88). Assim, sua proposta é que uma nova gramática “seja (pelo menos em um primeiro momento) uma descrição do português padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística” (p. 88).

O que fizemos desde então nesse sentido? É inegável que o desenvolvimento da pesquisa sociolinguística, voltada nos anos 1980 e 1990 principalmente para uma descrição do português falado no Brasil, com ênfase na análise de fenômenos variáveis fonético-fonológicos e morfossintáticos, atraiu a atenção de muitos pesquisadores, enquanto o texto escrito recebeu valiosas contribuições à luz do desenvolvimento da linguística textual e da análise do discurso. Surgiram, a partir dos anos 2000<sup>2</sup>, algumas importantes gramáticas, justamente motivadas pelo reconhecimento da variedade de normas identificadas nos estudos sobre a fala ou sobre a escrita contemporânea. Entre elas, podemos citar Moura Neves (2000), de base funcionalista, voltada para os usos em amostras de língua escrita; outras, como a de Castilho (2010), sobre o português brasileiro, pondo em relevo a proximidade entre fala popular e culta no Brasil; ou ainda Bagno (2012), com um proposta para o ensino de língua

---

<sup>1</sup> Neste artigo, o termo “padrão” pode ser substituído por “standard” e diz respeito exclusivamente à escrita. Com isso, não é minha intenção sugerir que a escrita exibe um sistema uniforme, como será mostrado ao longo deste texto. Também ao longo desse texto vou me referir à inutilidade de usar o termo “norma padrão”.

<sup>2</sup> *A Gramática Descritiva do Português* (PERINI, 1995) infelizmente não cumpre o que o autor propôs em seu texto de 1985, nem no que se refere a uma revisão na descrição nem no que se refere ao *corpus* que serve a essa descrição.

portuguesa, assumindo uma posição clara a favor da plena aceitação de regras gramaticais há muito pertencentes ao português brasileiro (PB).

Sem negar a inestimável importância dessas gramáticas, afirmo que é necessário acrescentar ao que elas trazem uma revisão dos conceitos que se encontram nas gramáticas tradicionais e uma descrição do conjunto de normas efetivamente praticadas na escrita brasileira. Uma observação da escrita a que Perini se refere como *técnica* – que inclui o material produzido nas universidades, estampada em teses e dissertações, artigos e capítulos publicados por todo o país – e como *jornalística* nos revela que temos hoje uma sintaxe da escrita muito peculiar. Em consequência de décadas e décadas de um ensino pautado em normas tomadas do português europeu (PE) de fins do século XIX, àquela altura já muito distantes do português escrito que se desenvolvia no território brasileiro (cf. PAGOTTO, 1998; 2013), acabamos por produzir uma escrita que reflete alguns traços da gramática do PE, ao mesmo tempo que já incorpora traços da gramática do PB, sem contar o surgimento de estruturas que não seriam características nem de uma nem de outra variedade escrita, como mostra Kato (2005), ao tratar da gramática do letrado brasileiro. Apenas a título de ilustração, basta observar as inúmeras ocorrências de ênclise em contextos em que o PE e o PB usariam naturalmente a próclise – o falante português, independentemente de ter frequentado a escola, reconhece a presença de um atrator (ainda que não pronunciado/não escrito, como em 1b); o falante brasileiro não precisa de atrator para produzir a próclise:

(1)a. O Aterro não está degradado, degradados estão os interesses que degradam-*no*. (Artigo em jornal)

b. Ou *assume-se* a segregação explícita, ou promove-se a miscigenação social. (Artigo em jornal)

c. Vem aí uma nova pedalada, daquelas que passam despercebidas [por-que são complicadas] e [*tornam-se* simples] quando aparecem como tungas. (Artigo em jornal)

Os dois autores dos três exemplos acima, pertencentes a uma geração mais madura e de formação *exemplar*, adjetivo usado pelos mais conservadores, que privilegiam a norma europeia, usam frequentemente a ênclise, apesar dos atratores de próclise, em artigos publicados em jornal carioca de grande circula-

ção nacional, certamente por terem passado sua vida escolar ouvindo as repetidas instruções de que a colocação do pronome à brasileira é simplesmente uma questão de informalidade e não se admite na escrita ou na fala mais formal!

A ênclise do clítico ao verbo parece ter passado a compor com ele um vocábulo fonológico de tal forma que não importa a presença dos famosos proclisadores ou atratores, expressos em (a) e (b) e oculto em (c): [e (porque) se tornam simples]. Um falante português é capaz de perceber a conjunção subordinativa omitida, produzindo a próclise nos três casos. O falante brasileiro, que fixa a posição proclítica do pronome em sua primeira gramática e só entra em contato com a ênclise na escola, passa a se orientar pela ordem linear dos elementos na sentença, o que justificaria a ênclise em (1c). Se há um atrator, próclise; se não há, ou ele está distante, ainda que dentro de um sintagma entonacional, ênclise. Esse é o resultado de uma descrição que, além de contrariar a sintaxe brasileira, só apresenta exemplos de próclise com o elemento atrator expresso, uma evidência de que os próprios autores não dominam esse modelo estrangeiro.

O que justificaria, entretanto, a ênclise mesmo quando os atratores estão ali, bem antes do verbo? Podemos dizer, em primeiro lugar, que na escrita mais formal o brasileiro já não percebe esses contextos; tudo o que faz, inconscientemente talvez, é tomar a ênclise como um instrumento de formalidade. E, em relação a (1c), podemos ainda acrescentar que a própria descrição tradicional da ordem dos clíticos entre nós não apresenta a conjunção coordenativa alternativa como um condicionador efetivo da próclise no PE.

### **Qual o resultado do descompasso entre fala e escrita?**

Levando em conta a forma pela qual se deu a adoção de uma norma gramatical para a escrita no Brasil, não é difícil entender o que enfrentamos hoje e por que é inútil manter os modelos conservadores dos primeiros gramáticos, imitados, infelizmente, ao longo de séculos e séculos, pelos que se seguiriam, a partir da escrita de autores consagrados. A leitura de Faraco (2008) é imprescindível nesse sentido. O autor diz que:

O modelo normativo anacrônico não causava maiores dificuldades enquanto o domínio da cultura letrada era problema de

*uma elite reduzida*. Contudo, à medida que o acesso à escola se ampliou e o conceito moderno de cidadania, que inclui o direito de todos aos bens culturais, se propagou – *esse modelo se tornou um problema grave*, como no Brasil de hoje, em que *ele não faz sentido para a maioria da população e acaba por embarçar não só o ensino de português* como o próprio funcionamento social da norma culta/comum/standard. (FARACO, 2008, p. 146, itálico acrescido).

Assim, a democratização do acesso à escola fatalmente esbarraria com a imensa distância entre fala e escrita, levando o ensino de gramática ao fracasso. A prova de que esse modelo “não faz sentido para a maioria da população” pode ser encontrada numa breve comparação entre os resultados para a sintaxe da fala (culto e popular!) e as descrições tradicionais.

Ao responder a uma pergunta, feita pelo Banco Mundial nos anos 1980, sobre qual seria o problema mais sério no ensino de Língua Portuguesa, Kato (2013) respondeu que o problema estava justamente na distância entre a língua vernacular (que ela chama de *Fala 1*, em KATO, 1986) e a escrita institucionalizada, tomada como meta do ensino. “Em todas as línguas se observam diferenças entre a fala e a escrita, mas no português brasileiro (PB) existe um fosso de tal ordem que, para a criança aprender a ler e a escrever, ela enfrenta a tarefa da aprendizagem de uma língua estrangeira” (KATO, 2013, p. 149).

Essa distância, certamente atestada por qualquer pessoa que se dedique ao ensino de língua portuguesa, longe de ser reconhecida como um problema, como apontam Faraco e Kato, passou a ser explicada como uma *natural* distância entre fala e escrita ou, o que é pior, como uma questão de “informalidade *versus* formalidade”. O português do Brasil seria informal enquanto o europeu seria mais formal e tudo se resolveria bastando que o indivíduo aprendesse a *adequar* sua fala ao contexto comunicativo. Nem por um momento os que leram essas considerações contestaram com uma pergunta singela: mas por que aqui a gente pode começar uma frase com um clítico quando fala e deve passar a ênclise quando escreve? Por que o que não é feio na fala é proibido/inadequado na escrita? Nem por um momento alguém se perguntou: mas então uma pessoa que nunca passou pela escola

é *inadequada*? Nem por um momento se viu qualquer percepção de que estávamos tomando uma norma da fala portuguesa, que, naturalmente, se refletia na escrita? Que estávamos confundindo *adequação* com *mudança da gramática*, proeza que poucos escolarizados conseguem realizar na sua fala espontânea?

Essa questão da *adequação linguística* é amplamente discutida em Duarte e Serra (2015), a partir de textos considerados muito informais, como as letras de *raps* portugueses e brasileiros, trazendo evidências de que informalidade nada tem a ver com gramática. A gramática do português europeu que se vê nos *raps* é a mesma que se vê na escrita lusitana mais formal (clíticos em profusão, próclises e ênclises de acordo com o contexto sintático, verbo *haver* existencial, etc.), enquanto a dos *raps* brasileiros reflete a gramática da nossa fala. Em outras palavras, no PE não existe esse fosso entre a gramática da fala e a da escrita, simplesmente porque lá, na segunda metade do século XIX, os autores foram suficientemente “espertos” para aproximar seu texto de uma fala que se afastava dos modelos conservadores do passado (por razões que não nos cabe discutir aqui), conquistando novos leitores. Nós aqui, pelo contrário, criamos e aprofundamos esse fosso, quando adotamos na escrita brasileira a nova gramática da fala lusitana, com mudanças pelas quais não tínhamos passado<sup>3</sup>.

É claro que esse fosso não perduraria eternamente. Como referido acima, apesar da manutenção do modelo, as novas gerações de professores e alunos aprenderiam um pouco das normas prescritas, mas levariam para sua escrita muitos traços da gramática genuinamente brasileira, fosse através de formas conservadoras que persistiriam, como a tendência à próclise, fosse através de novas formas implementadas ao longo do século XX, particularmente ligadas ao sistema pronominal. Isso tem tornado essa distância sem dúvida menor, apesar de muitos não atentarem para esse fato nem identificarem esses novos traços na escrita padrão contemporânea.

---

<sup>3</sup> Pagotto (1998; 2013) observa a mudança de norma no Brasil comparando os textos da Constituição do Império e a da República. O primeiro, escrito na primeira metade do século XIX, apresenta uma sintaxe com traços do português clássico, que seguia seu curso no Brasil, enquanto no segundo, escrito no último quartel do mesmo século, se vê uma mudança em direção ao modelo europeu.

## O que sabemos sobre a sintaxe do português brasileiro?

Os resultados de pesquisas sobre as variedades faladas no Brasil urbano, cultas e populares, apontam grande semelhança, ao contrário do que julgam os “defensores” do idioma nacional. Se excetuarmos os índices variáveis de uso de marcas de concordância verbal e nominal, que têm distribuição social nos centros urbanos (em geral, falantes com maior tempo de permanência na escola exibem índices mais altos de uso de marcas de concordância do que aqueles com menor tempo de frequência escolar), e a variação nos índices de ocorrência dos pronomes *tu* e *você*, que tem distribuição regional (em alguns estados predomina um ou outro pronome, enquanto em outros ambos convivem), veremos que nossa sintaxe é muito semelhante (por que não dizer “democrática?”).

Uma consulta a resultados de pesquisas realizadas com base em amostras de fala “cultas” (adjetivo usado para caracterizar indivíduos com nível universitário), gravadas inicialmente nas cinco mais populosas capitais brasileiras nos anos 1970 (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife), revela muito baixa ocorrência do clítico indefinido *se*, restrito a alguns falantes pertencentes a faixas etárias mais altas, sempre com a função de *indeterminador*, e do acusativo *o*; a completa ausência do clítico dativo *lhe*, para referência à *terceira* pessoa<sup>4</sup>; ampla preferência pela próclise, naturalmente envolvendo clíticos que estão presentes na aquisição da linguagem (os acusativos e dativos de primeira e segunda pessoas, e todo o paradigma dos reflexivos, que têm igualmente distribuição regional<sup>5</sup>); uma tendência a representar foneticamente sujeitos pronominais (definidos e indeterminados), a preferência por *ter* existencial sobre *haver*, entre muitos outros resultados que se reproduzem nas análises com base em amostras de fala “popular”, aquela que contempla indivíduos sem formação universitária.

Resultados revelados nos vários volumes da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, envolvendo, além da sintaxe, a fonologia, a morfologia, a

<sup>4</sup> Sobre o uso do clítico *lhe*, tanto em função dativa quanto acusativa para referência à *segunda* pessoa, ver os estudos reunidos em Duarte e Ramos (no prelo).

<sup>5</sup> Talvez o sistema de reflexivos seja o outro fenômeno que, juntamente com o uso variável de *tu/você* mencionado acima, tem distribuição regional. Há regiões que exibem um sistema estável; há outras em que o reflexivo pode ser omitido se não argumental (*ele casou*); outras ainda, em que mesmo o reflexivo argumental pode ser apagado (*nós formamos em 1970*). Sobre essa variação diatópica, ver Duarte e Ramos (no prelo).



articulação de cláusulas e o uso de marcadores discursivos<sup>6</sup>, quando comparados aos obtidos com base em amostras da fala popular<sup>7</sup> ou em amostras que contemplam três níveis de escolaridade<sup>8</sup>, só para citar alguns entre os inúmeros estudos empíricos sobre o português brasileiro, não deixam dúvida de que estamos diante de um quadro com muito mais semelhanças do que diferenças.

Uma publicação a sair ainda em 2015, organizada por Martins e Abraçado (2015), com um mapeamento de alguns fenômenos variáveis no PB, confirma essa semelhança e destaca as poucas diferenças condicionadas diatopicamente. Em relação à concordância verbal e nominal, talvez o único fenômeno variável sujeito a estigma, temos a análise recente de Brandão e Vieira (2012), com base em amostra de fala do Rio de Janeiro, gravada entre os anos 2009 e 2010, estratificada segundo o nível de escolaridade, a faixa etária e o gênero do falante<sup>9</sup>, que confirma o aumento de marcas de concordância verbal e nominal, apontado por Naro e Scherre (2003) na fala ‘popular’. Brandão e Vieira encontram 91,1% de marcas de concordância nominal e 78,1% de concordância verbal e apontam a escolaridade como o fator não linguístico que se destaca, diferenciando os falantes com instrução superior aos de nível médio e fundamental.

Um ponto importante a destacar nessas pesquisas: o indivíduo letrado, com nível universitário, não carrega para sua fala o que aprende na escola e não se encontra na sua Língua 1. Excetuando os resultados para a concordância, a distribuição dos resultados atestados para os fenômenos referidos acima é muito próxima; uma evidência de que o modelo anacrônico ainda seguido nas escolas vai perdendo sua resistência é a observação da fala dos letrados mais jovens em relação aos mais velhos. As raras ocorrências de *se* indefinido, do clítico acusativo, do verbo *haver* existência estão nos grupos mais velhos. Na fala dos letrados mais jovens, os índices são praticamente os mesmos que os atestados para os falantes não letrados. O fato é que todos preferem *você* e *a gente* como estratégias de indeterminação, todos preferem um objeto anafórico nulo, todos preferem o verbo *ter* existencial, etc. É por isso que o uso de

---

<sup>6</sup> Cf. Jubran e Koch, 2006; Ilari e Moura Neves, 2008; 2014; 2015; Kato e Nascimento, 2009; 2015; Abaurre, 2013.

<sup>7</sup> Cf. Oliveira e Silva e Scherre, 1996; Paiva e Duarte, 2003.

<sup>8</sup> Cf. Zilles, 2000; Vandresen, 2002; Hora, 2005.

<sup>9</sup> Amostra Concordância – disponível em [www.concordancia.letras.ufrj.br](http://www.concordancia.letras.ufrj.br)

'norma culta' para fazer referência à fala de indivíduos letrados é uma falácia! E é por isso que devemos ter o cuidado de antepor o termo 'fala' ao adjetivo culta, sabendo que essa variedade de fala pode ser monitorada e apresentar alguns traços da escrita, mas geralmente não é monitorada, como revelam as pesquisas com base em amostras da fala de letrados. O trabalho incansável de Bagno sobre a falta de sentido da expressão *norma culta* merece uma instigante reflexão de Vasconcelos (no prelo).

## O que sabemos sobre a sintaxe da escrita padrão brasileira?

Era natural que, com a evolução dos estudos sobre o vernáculo brasileiro e a conseqüente fotografia sociolinguística que deles emergiu, os pesquisadores que trabalham com o ensino de língua portuguesa na escola atentassem para a distância entre o português brasileiro e o modelo idealizado, que orientava e ainda orienta o ensino, e despertassem para a urgência de uma descrição da escrita contemporânea. Que ela não refletia o modelo idealizado estava evidente. Mas qual seria o retrato dessa escrita?

Antes de uma descrição mais sistemática da escrita padrão, como a que tem sido observada em diversos estudos, alguns dos quais serão referidos mais adiante, surgiu o interesse em investigar como se dá a *aprendizagem*, durante a escolarização, de formas já raras ou ausentes da nossa L1, mas ainda utilizadas na escrita, e como se dá a *implementação* das formas conservadoras e inovadoras de uma gramática genuinamente brasileira, que não se encontram nas gramáticas normativas. Esses estudos, realizados sob diferentes perspectivas teóricas, mas em geral usando o modelo de estudo da mudança da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]), partiram da constituição de amostras da escrita escolar em diferentes níveis do processo de escolarização.

São trabalhos que revelam a lenta passagem da gramática da fala para a da escrita, que retém os traços menos salientes na fala e assimila alguns da escrita. A recuperação do clítico acusativo, por exemplo, é muito elucidativa sobre como se dá esse processo: as crianças inicia com o objeto nulo e o pronome nominativo. Aos poucos, o clítico começa a aparecer, mas em contextos S V O, sempre proclítico ao verbo no presente e no perfeito do indicativo ou enclítico ao infinitivo. Formas como o imperativo e tempos compostos

(aux + partícipto) são, em geral, contextos de difícil penetração do clítico na escrita escolar. O pronome nominativo chega a desaparecer na escrita de universitários, exceto em estruturas complexas, em que o elemento marcado com acusativo é um sujeito e não um objeto direto (*considero [ela excepcional] = considero [que ela é excepcional]; deixamos [ele permanecer no cargo] = deixamos [que ele permanecesse no cargo]*), estruturas em que o ‘ele acusativo’ não tem saliência estrutural. O objeto nulo, que não tem saliência fônica, razão pela qual nunca foi notado pelos nossos gramáticos, se mantém na escrita com bastante frequência (cf. CORRÊA, 1991 e AVERBUG, 2000 sobre esse processo em relação ao acusativo anafórico)<sup>10</sup>. Esses e tantos outros resultados têm motivado inúmeros trabalhos que defendem uma pedagogia da variação linguística (cf., entre outros, VIEIRA, 2013; MARTINS, VIEIRA e TAVARES, 2014).

Tais estudos levariam inevitavelmente a uma descrição da escrita padrão contemporânea, tarefa empreendida pelos mesmos que se debruçaram sobre o estudo da verdadeira face do português brasileiro, fosse em relação a seus aspectos conservadores, fosse em relação às mudanças em curso ao longo do século XX. A maioria desses trabalhos utiliza textos acadêmicos e jornalísticos, de certa forma seguindo o que Perini sugere no texto de 1985. E os resultados confirmam o que se anunciava nos primeiros estudos sobre a escrita escolar: os textos técnicos e jornalísticos exibem uma gramática variável, em que os índices para certas variantes ausentes ou raras na fala chegam a concorrer ou mesmo a superar formas típicas da nossa L1. É muito interessante observar não só o modo pelo qual as formas em desuso se implementam mas também o modo pelo qual as formas da gramática brasileira se introduzem na escrita. Ora é o gênero tido como mais leve, como a crônica, ora é o autor, não necessariamente mais jovem, que abrem caminho para essas formas.

Apenas para ilustrar como se dá essa acomodação de formas, que lembra a aprendizagem de uma língua estrangeira, e das que são da língua nossa de cada dia, vejamos o que ocorre com as funções acusativa e dativa para referência à terceira pessoa, mencionadas acima. Freire (2000) comparou amostras de

---

<sup>10</sup> Sobre a aprendizagem do sujeito nulo, é interessante observar, entre outros, os trabalhos de Bravin dos Santos (2000) e Magalhães (2003). Sobre a colocação dos clíticos em geral, Coelho (2011) nos oferece um interessante e esperado resultado: os clíticos que estão na aquisição continuam proclíticos, mas os aprendidos via escola preferem a ênclise, porque assim aparecem com mais frequência no texto escrito, formando, aparentemente, um vocábulo fonológico. Isso leva à generalização da ênclise, como em *pode-se, não pode-se*, etc.

fala culta brasileira e lusitana, atestando 3% de ocorrências do clítico acusativo e nenhuma do clítico dativo na variedade brasileira, enquanto a lusitana exibia 44% e 88%, respectivamente. Formas variantes seriam o objeto nulo e os SNs e SPs anafóricos, respectivamente. Em seu estudo sobre a escrita, Freire (2005; 2011) estuda o mesmo fenômeno em diferentes gêneros em jornais e revistas brasileiros e europeus, distribuídos ao longo de um contínuo segundo a maior ou menor formalidade do texto<sup>11</sup>. Os resultados são esclarecedores do que é uma gramática *adquirida* durante a infância e uma *aprendida* via escola. O clítico acusativo nos textos portugueses oscila entre 66% e 87%, enquanto nos textos brasileiros ele segue uma impressionante trajetória ascendente, de apenas 15% nos textos menos formais para 73% no extremo oposto do contínuo de formalidade. As variantes – objeto nulo e SN anafórico – atestadas no PE em textos menos formais ficam com 17% cada, chegando a 6% nos textos mais formais. Naturalmente, não é atestada qualquer ocorrência de ‘ele’ acusativo no PE.

Em relação ao clítico dativo, o resultado é ainda mais surpreendente, porque saímos de nenhuma ocorrência no PB oral contra 88% no PE oral. A escrita portuguesa oscila entre 67% e 83% de uso do clítico dativo *lhe*, alcançando nos textos situados num ponto intermediário do contínuo de formalidade seu índice mais alto: 93%. O PB ensaia o uso do clítico dativo com inexpressivos 3,5% no extremo [-formal] e alcança a proeza de [42%] no extremo [+formal]. Dativos nulos e SPs anafóricos, predominantes nos textos brasileiros mais informais, ainda revelam índices competitivos nos mais formais: 29% para cada forma variante.

Outros exemplos de como se configura a gramática da escrita padrão podem ser vistos na implementação do sujeito pronominal de terceira pessoa expresso, que já registra 50% de sujeitos expressos, enquanto em jornais lusitanos, em amostra absolutamente comparável de textos jornalísticos, encontramos 7%, o que confirma ser o PE um sistema de sujeitos nulos; recuperamos, por outro lado, de maneira impressionante, o *se* indefinido e o uso da 1ª pessoa do plural com sujeito nulo para indeterminar o agente’, em sentenças ativas e passivas, formas praticamente ausentes na fala espontânea (cf. DUAR-

<sup>11</sup> O sentido de *formalidade* aqui nada tem a ver com a noção infeliz de *adequação linguística*. Textos informais situados num extremo do contínuo são os quadrinhos escritos para crianças, e os mais formais, os ensaios, situados no extremo oposto.

TE, 2007, para uma fotografia das mudanças no nosso sistema pronominal e do efeito que essas mudanças já provocam na escrita jornalística). Mais recentemente, uma importante contribuição acerca da dinâmica da variação na fala e na escrita jornalística nos vem da publicação de Paiva e Gomes (2014). Entre os fenômenos morfossintáticos tratados, estão a concordância, o uso dos clíticos de terceira pessoa, a representação do sujeito neutro (*isso vs zero*), a ordem de circunstanciais e as construções de conformidade

E, para não deixar de falar na ordem dos clíticos, a grande bandeira da tradição gramatical, justamente por ser de mais fácil observação, já vemos, felizmente, na nossa escrita padrão, autores que ousam derrubar a última barreira que resistia entre as prescrições gramaticais – o clítico em posição inicial absoluta:

(2) *Se engana* quem pensa em cantadores nordestinos como pertencentes a um mundo arcaico, vestidos em roupas típicas, aves raras de um mundo que já voou embora. (Artigo de jornal)

O que nos dizem esses resultados? Que uma descrição honesta da escrita padrão brasileira tem de comportar a variação. De nada adianta impor formas novas sem que elas venham contextualizadas e devidamente identificadas pelas formas que são as que fazem parte do repertório do aluno. É claro que nos falta reconhecer esse fato. Nos falta a consciência de que formar um bom leitor e um bom usuário da escrita significa expô-lo a toda essa variação, conscientizando-o de que ele vai entrar no mundo da escrita e que terá de lidar com novas formas sem ignorar aquelas que ele já domina tão bem.

Falta igualmente que a maioria dos autores de livros didáticos se dê ao trabalho de se informar sobre esses resultados, espalhados em inúmeras publicações pelo país, e deixe de afirmar nesses livros que a variação linguística só existe no léxico e no que eles chamam de sotaques regionais para se referir às diferenças na prosódia. O único fenômeno morfossintático mencionado é a variação na concordância, sempre atribuída injustamente às camadas populares. Existe um total desconhecimento do que é a língua oral, do que é a verdadeira gramática da fala dos letrados e não letrados e, principalmente, de qual é a gramática da escrita padrão, alvo do ensino na escola.

É importante ressaltar ainda que a maioria dos livros didáticos peca não só no sentido de alijar das salas de aula a realidade do português brasileiro, a

grande regularidade na distribuição das formas variantes pelo território nacional e a semelhança nos resultados para as variedades cultas e populares. O ensino de gramática nesses livros, quando é oferecido, se faz por meio de uma simplificação, às vezes lamentável, do que se encontra na tradição gramatical. Tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, incluindo algumas das mais ilustres e famosas, que preparam elas próprias seu material, as normas que orientam a escrita e o ensino de gramática são a negação de tudo o que a linguística moderna nos ensina sobre língua.

Depois de passar os primeiros anos do Ensino Fundamental dedicados à alfabetização, à leitura, à expressão oral e escrita (o que de fato acontece em algumas dessas melhores escolas e deveria acontecer em todas), os alunos iniciam o Fundamental 2 com as torturantes aulas de análise sintática, por exemplo, que impõem um elenco incompreensível de nomenclaturas, que, curiosamente, aparecem antes do fenômeno que vão nomear. O aluno não é levado a refletir sobre como as palavras se organizam em estruturas hierarquicamente mais complexas (os sintagmas e as orações). Não há um só gesto que os leve a ser agentes do processo de aprendizagem, deduzindo regras, compondo estruturas... Não, tudo o que recebem são comandos – Classifique! Destaque! –, tendo de lidar com classificações quilométricas, que só os afastam do estudo da gramática.

Tudo isso justifica uma nova gramática da sintaxe da escrita padrão do português brasileiro, que, como dissemos, já cedeu a toda a pressão exercida pelas descrições tradicionais, pela absoluta impossibilidade de jovens gerações de professores e alunos aprenderem um conjunto de normas anacrônicas, como diz Faraco, distantes do que se lê hoje. Se ainda não temos uma reunião dos diversos estudos sobre essa escrita, aqueles de que já dispomos revelam que uma descrição da escrita contemporânea, em sua variedade mais formal, seria uma descrição plural. E justamente por isso não seria uma tarefa simples. Como resultado do descompasso entre o que se ensina e o que se fala, a escrita padrão contemporânea não é de fácil sistematização, mas a vantagem está justamente no fato de que uma descrição como a que se propõe não teria caráter normativo.

É imperioso dar o primeiro passo: reunir os resultados de que já dispomos e ampliá-los com base em dados efetivos da escrita contemporânea, sem excluir ou condenar esta ou aquela forma (fazer isso seria incorrer no mesmo

erro do passado), sem negar que *essa escrita é variável*, que essa variação está nos nossos artigos acadêmicos, nas teses e dissertações que orientamos, nos textos dos meios de comunicação escrita mais prestigiados do país. E, ao rever os conceitos, é importante preservar a nomenclatura, com os necessários ajustes, introduzindo novos termos apenas quando eles se referirem a novas categorias. Isso ajudaria imensamente aos professores, que devem, eles sim, conhecer com profundidade o que vão ensinar.

## **Considerações finais**

Concluo este artigo dizendo que temos evidências suficientes que justifiquem uma nova descrição da escrita padrão. E que essa descrição venha com uma completa revisão dos conceitos, sem deixar de dialogar com a tradição e sem cobrar dela aquilo que ela não pode nos oferecer. E que essa descrição venha ilustrada com dados reais, aproveitando o que já está feito, sem deixar de mostrar ao leitor formas que caíram em desuso, mas que ele certamente vai encontrar quando iniciar o estudo da literatura de outras sincronias (cf. DUARTE, 2012).

Assim, espero ter cumprido, ainda que de maneira modesta, o objetivo deste artigo, e que as evidências apresentadas alcancem alguns leitores e os convençam a se engajar nessa tarefa, conscientes de que isso não significa desrespeitar a tradição nem imaginar que uma descrição da escrita padrão consegue acompanhar a velocidade da mudança na língua falada. Ela sempre vai estar aquém da língua falada. Mas o português brasileiro padrão merece uma descrição que se baseie na sua gramática, respeitando o que ele tem de conservador e o muito que ele tem de inovador.

## **Referências**

- ABAURRE, Maria Bernadete (Org.). *A construção fonológica da palavra: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- AVERBUG, Mayra. *Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, v. 56, n. 3: 1035-1064, UNESP, São José do Rio Preto, 2012.

BRAVIN DOS SANTOS, Ângela M. *O sujeito pronominal em contexto de mudança paramétrica: a escrita de alunos do Ensino Médio*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000.

CASTILHO, A. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, Adriana L. R. *A ordem dos clíticos pronominais: uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2011.

CORRÊA, V. R. *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1991.

DUARTE, M. Eugênia L. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Lingüística – Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística*, v. 3, n. 1: 89-115, UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Sobre o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio: por que, quando e como? *Revista Matraca*, v. 19, n. 30: 41-60, UERJ, 2012

\_\_\_\_\_. (Org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012.

\_\_\_\_\_. O papel da Sociolinguística na descrição da escrita contemporânea. In: MARTINS, M. A. e TAVARES, M. A. (Orgs). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o Ensino de Língua Portuguesa*, v. 5. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. Natal: EDUFRN, 2013. pp 117-144.

\_\_\_\_\_. e RAMOS, J. Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva. In: MARTINS, Marco A. e ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto. No prelo.

\_\_\_\_\_. e SERRA, Carolina R. Gramática(s), ensino de português e 'adequação linguística'. *Revista MATRACA*, v. 22, n. 36: 31-55, UERJ, 2015.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREIRE, Gilson C. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000.



\_\_\_\_\_. *A realização do acusativo e dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Acusativo e dativo anafóricos na escrita brasileira e lusitana. *Revista da ABRALIN*, v. 10, n. 1:11-32, São Paulo, 2011.

HORA, Dermeval da. *Projeto Variação Linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 2005.

ILARI, Rodolfo e MOURA NEVES, M. Helena de (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas, SP: UNICAMP, v. 2, 2008.

ILARI, Rodolfo (Org.). *Palavras de classe aberta: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Palavras de classe fechada: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

JUBRAN, Clélia Cândida A. S. & KOCH, Ingedore G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. Campinas, SP: UNICAMP, v. 1, 2006.

KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J. & LEMOS, A. S. (Orgs.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, p. 131-145.

\_\_\_\_\_. A gramática nuclear e a Língua-I do brasileiro. In: MARTINS, M. A. (Org.). *Gramática e Ensino, V. I*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. Natal: EDUFRRN, 2013, 147-164.

\_\_\_\_\_. e NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Campinas, SP: UNICAMP, v. 3, 2009.

\_\_\_\_\_. e NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). *A construção da sentença: Gramática do português culto falado no Brasil*, v. II. São Paulo: Contexto, 2015.

LOPES, Célia R. dos Santos. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri: VERVUERT/Iberoamericana, 2003.

\_\_\_\_\_. e CAVALCANTE, Sílvia R. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística*, v. 25:30-65, Santiago de Chile, 2011.

MAGALHÃES, Telma. Aprendendo o sujeito nulo na escola. *Letras de Hoje*, v. 36, 1: 189-202, PUCRS, 2003.

MARTINS, Marco A. e TAVARES, Maria A. (Orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.

MARTINS, Marco A.; VIEIRA, Sílvia R.; TAVARES, M. A. (Orgs.). *Ensino de Português e Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. e ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NARO, Anthony e SCHERRE, Marta. Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M. C. & DUARTE, M. El. L. (Orgs.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2003.

OLIVEIRA e SILVA, G. e SCHERRE, M. (Orgs.). *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PAIVA, M. Conceição. e DUARTE, Maria E. L. *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2003.

\_\_\_\_\_. e GOMES, Christina A. (Orgs.). *Dinâmica da Variação na Fala e na Escrita*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

PAGOTTO, Emílio G. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, 1 (2), 1998.

\_\_\_\_\_. A Norma das Constituições e a Constituição da Norma no Século XIX. *Revista Letra*, v. 1: 31-46, UFRJ, 2013.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1995.

VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e Mudança no Português Falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002.

VASCONCELOS, Zinda. Sobre a pretensa “Norma Culta”: Será que ela existe? Por que seria “Culta”? *Cadernos do CIFEFIL*, v. 19, UERJ. (No prelo).

VIEIRA, Sílvia R. Sociolinguística e ensino de português: para uma pedagogia da variação linguística. In: MARTINS, M. A. e TAVARES, M. A. (Orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o Ensino de Língua Portuguesa, v. 5*. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. Natal: EDUFRRN, 2013, 55-90.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: W. L. & H. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, 1968, 131-151. (Trad. Marcos Bagno.). São Paulo: Parábola, 2006.

ZILLES, Ana Maria S. (Org.). *Estudos da Língua Falada. Revista Organon*, v.14 (28.29), 2000.

## **A NEW DESCRIPTION OF THE SYNTAX OF ‘STANDARD PORTUGUESE’**

### **ABSTRACT**

This article takes as a starting point Perini's (1985) proposal, according to which a new description of the grammar of standard Portuguese in the light of linguistic findings and based on a *corpus* of real *data* from technical and journalistic literature was imperative. Some results from contemporary writing reveal that such a description must take into account its variable character, exhibiting a mixture of features of European Portuguese (the target grammar of school) and of Brazilian Portuguese.

**KEY WORDS:** standard writing; grammar of speech; grammar of writing.

Recebido em: 28/03/2015

Aprovado em: 25/09/2015